

## GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: ANÁLISE DO DISCURSO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Demóstenes Dantas Vieira<sup>1</sup>  
Deyvidy Michael Cortez da Silva<sup>2</sup>  
Efraim de Alcântara Matos<sup>3</sup>  
Josenildo Pinheiro da Silva<sup>4</sup>  
Carlos Magno Oliveira Júnior<sup>5</sup>

### RESUMO

Este trabalho propõe uma análise discursiva do projeto/movimento Escola sem Partido. Com relação aos procedimentos metodológicos, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, fundamentada no dispositivo teórico da Análise do Discurso de linha pecheutiana. O nosso *corpus* é composto de materialidades linguísticas disponíveis no site “oficial” do movimento, mais especificamente, da seção *Perguntas e Respostas*. Em vista disso, problematiza-se os efeitos de sentido produzidos em torno da moral, da integridade intelectual dos estudantes e do direito dos pais de educar os próprios filhos. Os resultados apontam para a produção de discursos conservadores que marginalizam o professor e restringem o papel social da escola, atribuindo a eles o rótulo de “doutrinadores”. Ademais, destaca-se que o movimento Escola sem Partido vem se constituindo ao longo dos últimos anos como um dispositivo discursivo, incorporado por diversos Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, cujo objetivo é cercear a liberdade de cátedra, disciplinando os indivíduos aos moldes do conservadorismo burguês.

**Palavras-chave:** Escola sem partido, Gênero, Análise do Discurso, Aparelhos Ideológicos do Estado.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, no contexto brasileiro, tem-se acentuado a disputa ideológica em torno da educação. Por um lado, apresentam-se aqueles que defendem uma educação progressista que, sob uma perspectiva teórica marxista, defendem um modelo de educação

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH oferecido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Campus Mossoró, [demostenes.vieira@ifrn.edu.br](mailto:demostenes.vieira@ifrn.edu.br);

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Graduado em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA; Aluno do curso de Licenciatura em Letras pela Estácio de Sá – UNESA, [deyvidycortez.dmcs@gmail.com](mailto:deyvidycortez.dmcs@gmail.com);

<sup>3</sup> Doutorando em Ensino pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Licenciado e Mestre em Matemática pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA; Professor permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Campus Cedro, [efraimmat@gmail.com](mailto:efraimmat@gmail.com);

<sup>4</sup> Doutorando em Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Professor permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Campus Santa Cruz, [pinheiro.silva@ifrn.edu.br](mailto:pinheiro.silva@ifrn.edu.br)

<sup>5</sup> Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Mestre e Doutor em Ciência Animal pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, [mvcarlosmagno@gmail.com](mailto:mvcarlosmagno@gmail.com).

integral e inclusivo, com foco nas diversas dimensões do conhecimento e na inclusão dos diversos sujeitos historicamente estigmatizados, marginalizados e excluídos da sociedade. Sob esse viés, foram conquistados diversos avanços que vão ao encontro de políticas educacionais em torno da educação sexual e de gênero, da educação para as relações étnico-raciais, do desenvolvimento de ações afirmativas focadas na inclusão das comunidades indígenas, quilombolas, negras e de participantes da comunidade LGBTQIAPN+.

Do outro lado, apresentam-se os defensores de uma educação supostamente neutra, baseados numa visão neoliberal de educação em que se destaca o conservadorismo burguês em torno da “moral e dos bons costumes”. Sob essa perspectiva, tem-se apresentado diversas ideologias que acusam a escola de “doutrinação” e de partidarismo político.

Tais ideologias alicerçam práticas de cerceamento da liberdade de cátedra, numa tentativa de disciplinar a *práxis* docente, com o objetivo de suplantar questões em torno da discussão política em sala de aula, das questões de gênero e educação sexual e até mesmo de aspectos ligados ao conhecimento histórico e científico consolidados ao longo da história da humanidade, tais como da Teoria da Evolução, história das ditaduras e/ou regimes ditatoriais brasileiros, etc.

Nesse cenário, apresenta-se o Movimento Escola sem Partido que culminará, na última década, em diversos projetos legislativos da esfera municipal, estadual e mesmo federal em defesa de uma escola supostamente neutra, sem ideologia. Inicialmente, tais processo – embora barrados pelo Supremo Tribunal Federal – STF – produzem diversos discursos que se colocam como mecanismo de controle do processo de ensino-aprendizagem, motivando alunos a gravarem em áudio e/ou vídeo falas que tocassem em temas combatidos pelo movimento. Vale destacar que o Movimento Escola sem Partido<sup>6</sup> vai se constituindo como um dispositivo de controle não apenas do professor, mas também do currículo escolar, dos corpos e das sexualidades.

Em vista disso, este trabalho propõe analisar o discurso produzido pelo movimento autodenominado Escola sem Partido, entendido de início como um dispositivo de controle da *práxis* pedagógica, cerceando a liberdade de cátedra e restringindo os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Utilizando a abordagem teórica da Análise do Discurso de linha pecheutiana, esse estudo se debruça sobre as materialidades linguísticas disponíveis no site oficial do MESP, particularmente na seção de "Perguntas e Respostas". De modo geral, as análises apontam para efeitos de sentido ligados à moral burguesa, a concepções de educação e

---

<sup>6</sup> Doravante, MESP

família produzidas em torno da moral sexual, revestindo-se de uma defesa acerca da integridade intelectual dos estudantes e do direito dos pais de educar seus filhos. Nesse interim, os discursos produzidos colocam a escola e os professores como ameaça à integridade dos alunos, atribuindo aos professores o estigma de “doutrinadores”.

## 2. APONTAMENTOS SOBRE O DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A Análise do Discurso (AD) é uma disciplina complexa e multifacetada que surgiu na década de 60, consolidando-se como disciplina a partir das contribuições de Michel Pêcheux, principalmente, após a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, publicada em 1969. Originada da interseção entre Linguística, Marxismo e Psicanálise, a AD vai configurar-se como uma teoria/método que transgride as concepções tradicionais de língua(gem) e ideologia elaboradas pelas Ciências Sociais em sua época. Por sua vez, a AD vai constituir-se como dispositivo analítico importante para a compreensão dos processos de formação de subjetividades, apontando para uma teoria psicanalítica dos dizeres através da qual desenvolverá uma teoria não-subjetiva da subjetividade (Pêcheux, 1995).

À vista disso, pode-se dizer que a proposta de Pêcheux, formulada ao longo de suas produções, está no entremeio de três áreas de conhecimento (Linguística, Marxismo e Psicanálise), explorando o espaço entre linguagem, ideologia e sujeito. Contrariando visões tradicionais, Pêcheux argumentou que a transparência da linguagem é um mito, destacando a necessidade de investigar ideologias subjacentes às práticas languageiras e interações sociais, introduzindo um novo objeto de estudo: o discurso (Pêcheux, 1995).

Nesse contexto, o discurso se materializa na língua, assim como a ideologia se materializa no discurso. Orlandi (2002) salienta que não há discurso sem sujeito e que, por outro lado, não há sujeito sem discurso, destacando a relação intrínseca entre sujeito e ideologia. A partir da noção de assujeitamento e interpelação ideológica, a AD construirá um método de análise que investiga a superestrutura ideológica em relação ao sujeito, ao dito e ao não-dito (Pêcheux, 1997).

Por sua vez, a AD sofre forte influência da psicanálise. Essa influência é perceptível quando Pêcheux (1995) retoma Lacan, argumentando que "o inconsciente é o discurso do Outro". Assim, o sujeito é constituído pela forma como é interpelado pela ideologia e pelo seu assujeitamento ao “campo do Outro”, fundamentando sua existência enquanto sujeito (Pêcheux, 1995, p. 183). Por sua vez, a AD vai constituir-se como dispositivo analítico importante para a compreensão dos processos de formação de subjetividades, apontando para uma teoria

psicanalítica dos dizeres através da qual desenvolverá uma teoria não-subjetiva da subjetividade (Pêcheux, 1995).

Por fim, vale destacar nessas considerações teóricas que a AD desloca o objeto de estudo da Linguística ao enfatizar a importância da enunciação e dos elementos extralinguísticos no processo de produção de sentidos, tendo em vista que, sob essa perspectiva, a língua é uma prática social, não concebida apenas como sistema abstrato de signo. Em vista disso, Pêcheux (1975) irá defender uma concepção de discurso como “efeitos de sentido”, como produto da interação social, da interpelação ideológica e assujeitamento do indivíduo ao campo do outro.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

O Movimento Escola sem Partido vai se constituindo, desde os primeiros ruídos, como um dispositivo linguístico e, portanto, ideológico, que se apresenta antagônico em seu próprio discurso. Partimos da premissa de que, ao mesmo tempo que o movimento vai se fortalecendo através da crítica à suposta doutrinação, o MESP, utiliza materialidades linguísticas que produzem efeitos de sentido alinhados com uma ideologia conservadora, defendendo pautas muito bem localizadas na arena das disputas de poder e de sentido.

O sujeito do MESP adota uma posição-sujeito conservadora, onde o enunciador mobiliza saberes historicamente utilizados pela ala conservadora da política brasileira, se colocando, supostamente, em defesa das crianças, da moral e dos "bons costumes". No entanto, essa aparente defesa esconde, na verdade, um mecanismo de controle social, que disciplina não apenas a *práxis* pedagógica dos docentes, mas também corpos e sexualidades no ambiente escolar.

No esboço analítico que segue, tratamos apenas das materialidades da seção *Perguntas e Respostas* do site oficial do movimento disponível em: <https://www.escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Para tanto, analisaremos o enunciado e resposta de apenas uma pergunta: 1. A doutrinação está presente apenas no ensino fundamental e médio ou ocorre também no ensino superior?”. Dando continuidade às análises, transcrevemos abaixo a questão 01 e sua respectiva resposta:

**A doutrinação está presente apenas no ensino fundamental e médio ou ocorre também no ensino superior?**

As práticas e *conteúdos doutrinadores* se disseminam em todos os níveis de ensino. No caso da universidade, a doutrinação já começa no processo

seletivo, pois há inúmeros casos de questões de vestibular que forçam os alunos a assimilar e reproduzir *teorias e ideologias afinadas com a esquerda* intelectual e política para ter chances de ser aprovados.

O viés ideológico das provas se revela de diversas maneiras: na escolha de autores, textos e imagens; nas pressuposições; nas afirmações que são tidas como verdadeiras ou falsas; nas omissões; nos julgamentos; no recorte seletivo dos fatos; na apresentação de protagonistas como opressores e oprimidos, exploradores e explorados, algozes e vítimas, etc. Temas controvertidos são mostrados como se não o fossem.

Com isso, além de transformar esse exame num filtro ideológico de acesso ao ensino superior, o *examinador militante* sinaliza para o ensino médio qual o enfoque a ser adotado pelas escolas que almejem bons índices de aprovação no vestibular.

Depois de ingressarem nos cursos, os alunos são submetidos à influência de *professores que fazem comentários político-ideológicos* em sala de aula mesmo quando o assunto pouco ou nada tem a ver com política (um problema que, vale dizer, não ocorre só no Brasil).

Mas é nos cursos universitários das áreas de educação, ciências humanas e sociais que as práticas e conteúdos *doutrinadores* se manifestam de forma mais explícita e ostensiva. No caso dos cursos de pedagogia e de licenciatura, as *ideias de Paulo Freire* são transmitidas aos alunos como se fossem verdades incontestáveis, muito embora esse autor veja o trabalho de ensinar como uma simples *modalidade de proselitismo ideológico* ao qual ele dá o nome de “conscientização” dos alunos. Já nas áreas de *humanidades e de ciências sociais*, em que os assuntos abordados nas matérias têm frequentemente relação direta com a política, o que se nota principalmente é o unilateralismo dos conteúdos, o qual se expressa na ampla predominância de *autores críticos do capitalismo* nas bibliografias utilizadas (MESP, 2023, S/N, grifos nossos).

As materialidades linguísticas supracitadas apontam, de modo geral, para um embate político entre aquilo que é de direita e aquilo que é de esquerda, uma educação de direita e uma educação de esquerda. O que se percebe é a luta de classes sendo materializada na arena discursiva cujos atores estão numa disputa pela verdade em torno do currículo escolar, dos autores que devem ou não ser trabalhados em sala de aula, dos conteúdos, das abordagens, etc.

Desse modo, as sequências discursivas vão produzindo efeitos de sentido que disputam o modelo correto de educação, entre a esquerda e a direita, entre o dito e o não dito, materializando, por sua vez, a interpelação ideológica do sujeito do MESP e seu assujeitamento a formações ideológicas conservadoras, por sua vez, ligadas à direita e/ou à extrema direita. Essa disputa demarca aquilo que os analistas do discurso vão denominar de projeções imaginárias, expressão que designa a projeção realizada pelo sujeito com relação aos participantes do discurso, de seus lugares sociais no processo de produção (Vieira, 2020), em que “os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos

individuais. [...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (Pêcheux, 1997, p. 82).

Em vista disso, formulamos o quadro abaixo numa tentativa de sistematizar as projeções de imagens e a disputa ideológica em torno da educação:

**Quadro 01:** O dito, o não-dito e as projeções de imagem

<b>O dito</b>	<b>O não-dito</b>
<i>conteúdos doutrinadores</i>	conteúdos não doutrinadores
<i>teorias e ideologias afinadas com a esquerda</i>	teorias e ideologias afinadas com a direita
<i>examinador militante</i>	Examinador não militante (de direita?)
<i>professores que fazem comentários político-ideológicos</i>	professores que não fazem comentários político-ideológicos (de direita?)
<i>Doutrinadores</i>	não doutrinadores (de direita?)
<i>ideias de Paulo Freire</i>	ideias opostas a Paulo Freire
<i>modalidade de proselitismo ideológico</i>	modalidade não proselitista ideologicamente
<i>autores críticos do capitalismo</i>	autores não-críticos do capitalismo (neoliberalismo?)

Fonte: Autores (2023)

Os enunciados sistematizados no Quadro 01 apontam para uma dicotomia perceptível entre o dito e o não-dito, delineando do ponto de vista do discurso duas diferentes abordagens educacionais e ideológicas: uma alinhada à esquerda e outra alinhada à direita. Esta dicotomia espelha não apenas a disputa em torno da educação, mas também ilustra uma polarização política e social mais ampla, presente no processo eleitoral das últimas duas décadas, nos conflitos ideológicos do Congresso Nacional, do Executivo e também do Judiciário. Isso aponta para as contradições inerentes ao sistema capitalista e à “regionalidade” ideológica (Pêcheux, 1995). Sobre essa questão, Althusser (1990) discorre que os Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE, no seu interior, congregam diversos conflitos ideológicos, embora ambos contribuam para manter as formas de opressão inerentes ao sistema capitalista.

Dando continuidade, percebe-se que MESP critica veementemente conteúdos que considera doutrinadores, especialmente aqueles alinhados com teorias historicamente associadas à esquerda, o que nos remete a questionar o que ou quais são os conteúdos não doutrinadores. Tais conteúdos vão se materializando nos enunciados e em “verdades” não ditas, tais como autores que não critiquem o capitalismo, autores que defendam o neoliberalismo

econômico, assim como conteúdos que demarquem um posicionamento moral, por sua vez, sexual, que atendam aos interesses da direita e do modelo de família defendido por ela.

Da mesma forma, as teorias e ideologias de algum modo atribuídas à esquerda são rejeitadas. O que demarca quais teorias e ideologias deveriam atravessar o currículo escolar: aquelas que se pautem na moral, na família e nos “bons costumes”. Além disso, o MESP desaprova fortemente professores e examinadores supostamente doutrinadores, que nas materialidades citadas, são considerados “militantes”. Tal palavra nos remete, inclusive, à luta realizada pelos movimentos sociais em defesa das minorias, da população negra, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIAPN+, das mulheres, dentre outros. A expressão “examinadores militantes” produz efeitos de sentido que colocam os professores/avaliadores em um campo ideológico específico, por sua vez, de esquerda.

Vale destacar que a materialização da luta de classes e a demarcação dos lugares discursivos apontam para uma disputa ideológica ligada não apenas ao currículo escolar, estendendo-se à percepção sobre autores críticos do capitalismo, frequentemente associados à esquerda, e aqueles que não questionam o sistema capitalista, possivelmente vinculados ao neoliberalismo e às ideias de mercado livre. Por sua vez, a menção às humanidades e às ciências sociais associadas à análise unilateral, “omitindo”, “exagerando” ou “distorcendo” informações, nos chama a atenção, especialmente, por se tratar de áreas do currículo que, de modo geral, apresentam discussões que ferem diretamente à dita moral burguesa, promovendo discussões em torno das relações de opressão, das desigualdades e injustiças sociais, das questões éticas e morais e, no que diz respeito a nossa pesquisa, da discussão sobre gênero e sexualidade.

Por fim, entendemos que ao deslegitimar a escola e a *práxis* docente, o discurso produzido pelo MESP materializa uma disputa em torno da educação, associando perspectivas teóricas progressivas e práticas educacionais inclusivas à ideologia da esquerda. Essa dicotomia materializa-se no discurso do MESP à medida em que os argumentos, supostamente, em defesa de uma escola neutra do ponto de vista ideológico, são construídos a partir de um lugar social/discursivo conservador que, em oposição, ataca práticas educativas progressistas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS**

O projeto/movimento Escola sem Partido apresenta-se como um mecanismo de controle e/ou como dispositivo social que se coloca contra a liberdade de cátedra, produzindo discursos que disciplinam corpos e sexualidades no currículo e na *práxis* pedagógica. Observa-

se que o sujeito do projeto/movimento Escola sem Partido, semelhantemente ao que foi analisado por Vieira (2020), produz um discurso pseudodemocrático. Para tanto, o enunciador mobiliza e desloca – do ponto de vista discursivo – princípios da Constituição e de outros documentos jurídicos, mobilizando saberes em torno da liberdade de aprender, do pluralismo de ideias, do direito dos pais de decidir sobre a educação moral dos filhos, dentre outros, afim de convencer o interlocutor de que a escola e os professores realizam o que os mesmos denominam de “doutrinação política e ideológica”.

As análises realizadas apontam para o projeto/movimento autodenominado Escola sem Partido como um mecanismo discursivo, contraditório em si mesmo, tendo em vista que se coloca contra o que denomina de “doutrinação ideológica” ao mesmo tempo em que as materialidades linguísticas produzem efeitos de sentido ligados a um discurso conservador bem demarcado ideologicamente.

As estratégias discursivas, como evidenciado nas análises, apontam para os deslocamentos de sentido, conforme escreve Medeiros (2020) e Vieira (2020). O movimento se vale do deslocamento seletivo de princípios constitucionais para manipular a opinião pública, criando uma narrativa de suposta ameaça ideológica nas escolas. Isso não apenas distorce o significado de direitos fundamentais previstos na Carta Magna, como também perpetua estigmas e reforça estereótipos, contribuindo para a estigmatização dos professores e para a violência escolar, prejudicando a promoção de um debate verdadeiramente democrático e inclusivo.

No que se refere à diversidade sexual, percebe-se que o discurso produzido pelo projeto/movimento Escola sem Partido vai se constituindo com foco no controle dos conteúdos do currículo, destacando-se questões diversas em torno da “moral”. Enunciados como “integridade intelectual e moral dos estudantes”, “educação moral”, “consciência moral” e “moralmente obrigatório”, presentes na seção *Perguntas e Respostas*, produzem efeitos de sentido ligados à uma Formação Discursiva Conservadora e a uma posição sujeito que enuncia a defesa da moral burguesa materializada nas diversas esferas da vida social.

Em última análise, compreendemos que ao questionar a legitimidade da instituição escolar e do papel dos professores, o discurso promovido pelo MESP reflete um embate no campo educacional, vinculando abordagens teóricas progressistas e métodos educacionais inclusivos à ideologia de esquerda.

A polarização entre esquerda e direita presente no discurso do MESP materializa a luta de classes e as formas de dominação atravessadas no currículo escolar. É fato que durante os dois primeiros mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e dos mandatos

da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil, houve um esforço para incluir nas discussões educacionais temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, reconhecendo a importância de abordar essas questões de maneira sensível e democrática, promovendo assim práticas educativas mais inclusivas no que diz respeito às identidades de gênero e orientação sexual.

Por fim, entendemos que o debate sobre o projeto/movimento Escola sem Partido não deve ser visto como algo acabado, tendo em vista que suas ideologias ainda repercutem nos discursos produzidos por diversos sujeitos, nas mais diversas instâncias do poder, interpelados pelos diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE. Resta-nos, portanto, fincar os pés num lugar sociopolítico de resistência, em defesa de práticas educacionais inclusivas e verdadeiramente democráticas.

## REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**: notas para uma investigação. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

MEDEIROS, Dayvyd Lavaniery Marques de. **O discurso sobre a Educação Profissional na virada do século XX**: o funcionamento das designações de educação e seus deslizamentos de sentido. 2020. 170 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni . A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F. & LEANDRO FERREIRA, M.C. (orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 75 – 88.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. **A propósito da análise automática do discurso**: atualizações e perspectivas. Trad. Bethania S. Mariani et al. 2.ed., Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008.

VIEIRA, Demóstenes Dantas. **DO LUGAR SOCIAL AO LUGAR DISCURSIVO**: Os Direitos Civis da Pessoa LGBTQI+, a ética e o atravessamento do discurso cristão no discurso político produzido pela Frente Parlamentar Evangélica – FPE. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL). Universidade Federal do Pernambuco – UFPE.